

Breves considerações sobre organizações não governamentais

Eduardo Karol*
eduardokarol@ig.com.br

Resumo

As organizações não governamentais aparecem atualmente como um agente social capaz de atuar e resolver questões seculares pouco solucionadas pelo Estado. Trata-se de um contexto social e político baseado nas referências ideológicas dos limites do papel do Estado e sua dificuldade na formulação de novas propostas. Estas propostas são vistas como produtos mais realizáveis dada a capacidade fluida e criativa dos agentes sociais. Busca-se aqui analisar a gênese, as características gerais das ONGs e sua relação com a realidade brasileira.

Palavras-chave: Organizações não governamentais, Estado moderno, participação, representação social.

Introdução

O espectro não governamental ronda a literatura especializada, a mídia e a fala do mais simples indivíduo. A materialização desse espectro traduz-se em organização não governamental, ou simplesmente ONG. O intuito é de refletir sobre as organizações não governamentais, que se apresentam como novos atores na constituição da sociedade civil. Temos, também, como objetivo disponibilizar informações para que os professores dos vários níveis escolares possam trabalhar sobre o tema, de forma que superem opiniões pré-concebidas. Começaremos por indagar como surgem as organizações não governamentais e para que? Apresentaremos um breve relato das ONGs no Brasil e finalmente como atuam.

Como surgem as ONG's e para quê?

A expressão "Organizações Não-Governamentais" - ONG's, surge no cenário político do pós-guerra, quando a ONU - Organização das Nações Unidas, passou a ser a instituição normatizadora da "ajuda" aos países destruídos pela Guerra Mundial. A "ajuda", denominada Cooperação Internacional, proporcionou o surgimento de experiências de participação e de exercício da cidadania em países da Europa e provocou o surgimento de vários tipos de associações que em muito se diferenciavam das organizações governamentais¹.

Nos países do Sul, o surgimento das ONG's deu-se de forma diferenciada, mesmo estando no marco da Cooperação Internacional. Organização Não-Governamental parece ter sido um termo empregado sem muitos critérios de análise. Segundo Rubem César Fernandes:

Na América Latina, Brasil inclusive, é mais abrangente falar-se de 'Sociedade Civil' e de suas Organizações. Este é um conceito do século dezoito que desempenhou papel importante na filosofia política moderna, sobretudo entre autores da Europa continental. Designava um plano intermediário de relações, entre a natureza, pré social, e o Estado, onde a socialização completar-se-ia pela obediência a leis universalmente reconhecidas. No entendimento clássico, incluía a totalidade das organizações particulares que interagem livremente na sociedade (entre as quais as empresas e seus negócios), limitadas e integradas, contudo, pelas leis nacionais. O conceito foi recuperado na América Latina no período recente das lutas contra o autoritarismo (como, aliás, também na Europa de Leste). A literatura hegeliana de esquerda foi instrumental neste sentido, tendo Gramsci como principal referência. O marxismo de linhagem italiana contribuiu, assim, para que a intelectualidade de esquerda reconsiderasse a questão da autonomia da "sociedade civil", com suas inúmeras instituições, frente ao Estado. Ocorre, no entanto, que o uso recente trouxe uma importante transformação no escopo do conceito original. Fala-se hoje das "organizações da sociedade civil" (OSCs) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado mas também do mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a idéia de "Sociedade Civil" serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania, de forma direta e autônoma. Estar na "Sociedade Civil" implicaria um sentido de pertença cidadã, com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos de governo (RUBEM CÉSAR FERNANDES, 2000 Disponível na Internet via www em <http://www.rits.org.br>, capturado em 07/08/2000).

Pode-se dizer, deste modo, que o que se convencionou chamar de "Terceiro Setor"² é um setor composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, de âmbito não governamental, que dá continuidade às práticas da caridade, filantropia e do mecenato, ou seja, práticas tradicionais que expandem seu sentido para outros domínios, devido, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas diferentes manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1994).

No Brasil, no entanto, a legislação reconhece sob o termo "instituição sem fins lucrativos", apenas aquelas organizações que não buscam o lucro. Atualmente, contudo, muitas organizações

que se apresentavam como sendo organizações sem fins lucrativos se intitulam, ou buscam ser consideradas como, de caráter “não-governamental”.

Apesar do caráter dito “sem fins lucrativos”, é impressionante o volume de recursos financeiros envolvidos nos trabalhos das ONG's ou organizações filantrópicas de diversas finalidades sociais. Rubem César Fernandes, que estudou o tema apresenta uma reflexão interessante sobre a importância social do trabalho voluntário das organizações religiosas, apontando, assim, a economia que este trabalho proporciona, indiretamente, aos cofres do Estado.

Mesmo com a relativa indefinição sobre o significado do termo “Organizações não-governamentais”, o conceito passou a ser entendido como uma categoria de classificação de entidades nascidas no interior da sociedade civil.

Quando surgiu, a denominação “organização não-governamental” nos documentos da ONU, seu objetivo era o de contrapor-se à denominação organização governamental. Sendo assim, o primeiro entendimento era de fácil identificação. Em nossos dias, a complexidade das relações institucionais demanda maior clareza na definição do que seja uma organização não-governamental. Têm sido feitos esforços no sentido de se compreender melhor o fenômeno das organizações não-governamentais que vem se impondo à vida social, especialmente na atual situação histórica de fraqueza do sistema partidário e de desregulamentação do trabalho.

Uma das primeiras definições de Organização Não-Governamental encontra-se em Merle:

A sigla ONG indica todo agrupamento, associação ou movimento constituído de uma maneira durável por particulares pertencendo a diferentes países, tendo em vista o alcance de objetivos não lucrativos³ (1981, p.275).

Já em Castro (1992) encontramos a seguinte definição:

As ONGs são possivelmente uma herança cultural do associacionismo civil e religioso das democracias liberais protestantes, mas agora com uma conexidade ampla e com um poder de fogo político muito maior. Ecoando e articulando interesses sociais locais, coletivos e populares em escala mundial, elas são o contrapeso inesperado da articulação transnacional dos grandes interesses econômicos e dos arranjos geopolíticos entre os Estados Nacionais (Ibid., p.19).

Localizando religiosa e politicamente as organizações não-governamentais numa origem remota que vai se atualizando, Castro mostra que estas são frutos de articulações e interesses definidos. Só que, ao mostrar a articulação de interesses de escala local com os de escala mundial, aponta as organizações não-governamentais como “o contrapeso inesperado”. Como vimos, contudo, a previsão destas já se encontrava em documentos de organizações e programas que articulariam interesses econômicos e geopolíticos. É, portanto, ingenuidade, acreditarmos que estas surgem “inesperadamente” ou, “espontaneamente”.

Scherer-Warren (1995, p.34), também estuda o fenômeno e propõe a seguinte definição:

Sintetizando, pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global). Partindo do estatuto jurídico das organizações brasileiras, Scherer-Warren, vai definindo-as através das formas de relação estabelecidas entre atores, trabalhos realizados e público-alvo. Temos que considerar, contudo, que nem todas (ou quase nenhuma) as organizações preenchem todos os requisitos propostos na definição, pois sabemos que, na prática, muitas das organizações não-governamentais não estão interessadas na transformação social.

O mesmo propõe Menescal (1996), quando nos diz que

[as]...ONGs podem ser atualmente definidas como o que eu chamaria de pressure

groups sociais. Ou seja, como grupos de pressão que buscam por um lado influenciar e democratizar políticas governamentais para que essas supram de maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo e, por outro, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política (MENESCAL, 1996, p.28).

Estas duas últimas definições (de Scherer-Warren e Menescal) são limitadas porque exploram o campo de luta da sociedade civil organizada, não levando em consideração que atores destas instituições têm interesses muito específicos.

As ONGs são, assim, instituições independentes. Não são uma parte integrante de estruturas maiores. Mesmo que uma pastoral, um departamento da universidade, um partido político ou um setor empresarial realizem eventualmente um trabalho do mesmo tipo, não poderiam ser considerados ONGs. Além disso, eles não são representantes de uma classe qualquer de indivíduos. O valor das ONGs vem do trabalho que realizam e não do segmento social que representam. Como observa Rubem César Fernandes (Disponível na Internet via [www](http://www.rits.org.br) em <http://www.rits.org.br> Capturado em 07/08/2000), sindicatos, associações de bairro, e outras organizações que prestam serviços a seus membros talvez exerçam o mesmo tipo de atividade, mas não seriam considerados ONGs tampouco. E não são agências de financiamento, o que as torna diferentes das Fundações. A proposta é fornecer serviços sociais que em geral não se auto-sustentam, daí as ONGs terem que sair à procura de fundos em outros lugares.

Como se pode ver, existe uma série de traços contrastantes que tornam diferentes as ONGs: sendo entidades não-governamentais, sem fins lucrativos, elas não fazem parte de estruturas maiores. Assim, também não são representativas, pois não financiam.

Outro ponto importante é que, sem as amarras das obrigações da representação, as ONGs não estavam limitadas a uma definição territorial e nem mesmo funcional. Podiam mover-se de um lugar a outro, de um grupo a outro, e até de um assunto a outro, sem restrições formais. Sempre que seus serviços fossem bem-vindos, ficavam e faziam o trabalho. Uma vez terminado o projeto, passavam para outro lugar ou para outra coisa. Essa mobilidade, claro, era bastante funcional para o papel de intermediário que iriam desempenhar entre as instituições globais e as organizações de base. (FERNANDES, 2000. Disponível na Internet via [www](http://www.rits.org.br) em <http://www.rits.org.br> Capturado em 07/08/2000)

As ONG's, por sua história e estilo institucional, têm que produzir projetos interessantes para possíveis financiadores, e esforçar-se para executá-los com sucesso, a fim de que se justifique um próximo financiamento de seus projetos. Para se sustentarem, necessitam de um bom desempenho, o que exige competências específicas num ambiente competitivo. Embora não seja este o "espírito" da organização, as ONGs "competem" por financiamentos de projetos junto aos potenciais financiadores. Portanto, nas relações de interação locais, distinguem-se não apenas por suas conexões, como ainda pela tendência a adotar abordagens profissionais nas atividades sem fins lucrativos e em geral voluntárias. Portanto, ainda que de modo involuntário as ONG's terminam por reintroduzir em seu trabalho a lógica da eficiência institucional⁴ no campo das ações sociais não-governamentais.

As ONG's no Brasil

Sobre a caracterização no Brasil dessas organizações existem poucos estudos (Assumpção, 1993, Fernandes, 1991, 1994 e outros), a maior parte deles de iniciativa de instituições de alguma forma ligadas às práticas de Organizações atualmente denominadas não-governamentais, como a FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e o ISER - Instituto de Estudos da Religião. Nestes estudos procura-se definir sua identidade e seus objetivos ou seja, afirma-las como interlocutores no jogo político. Além disso, é preciso lembrar que, nos últimos anos, o tema Organizações não-governamentais, começou a ganhar destaque também em estudos acadêmicos, como os de (IBASE/PNUD, 1992), Gonçalves, (1996), Scherer-Warren (1995) e Gohn (1997).

As características principais das organizações que se originaram no Brasil a partir da

década de sessenta, são seus traços assistencialistas e sua proposição como entidades que atuem fora da burocracia das organizações governamentais e da partidização das entidades representativas da sociedade, metas nem sempre atingíveis, pois o movimento social é, como se sabe, marcado por clivagens. Esta concepção de ONG parte do modelo teórico cujo ideário primordial é o de não ser governamental, não ser partidário ou, em poucas palavras, estar e operar acima da sociedade e do social. Na prática, estas representações podem não passar de meias-verdades. Este fato é relevante, pois mostra que, embora tendo origem fora do Estado, como se verá, as ONG's têm uma práxis comprometida com interesses ligados às políticas do Estado. Tal práxis se realiza, por vezes, prescindindo de seu aparato e da representação legalmente pré-concebida nos códigos e normas sociais, fundamento do Estado Moderno.

As primeiras organizações brasileiras com características não-governamentais tiveram origem na Igreja Católica (como por exemplo, o CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - criado em 1962, e o IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, criado em 1968, ambos no Rio de Janeiro) e a partir da iniciativa de professores e pesquisadores da área acadêmica que buscavam criar um espaço alternativo para a produção do conhecimento, elaboração e realização de propostas e projetos junto ao movimento popular.

Na década de setenta, em função de uma ação política de oposição, resistência e denúncia, surgiram novas organizações, que definiram seus objetivos influenciadas pelo contexto de resistência ao regime ditatorial sob tutela militar.

Nos anos oitenta, as organizações não-governamentais aumentaram em número e aquelas já existentes experimentaram os resultados dos projetos desenvolvidos nos períodos anteriores. As Organizações Não-Governamentais cumpriram, neste período, o papel de assessoria, preparando lideranças sindicais, organizando associações de moradores de bairros etc., que foram de fundamental importância para o movimento social. Foram chamadas, então, de organizações de "assessoria e apoio aos movimentos populares"⁵. Devemos lembrar, entretanto, que estes não foram o recorte privilegiado na década de 80. Outros temas, como mulheres, negros e ecologia foram, também, objeto de atuação⁶ e preocupação das ONG's.

Nos anos noventa, as organizações experimentaram uma nova prática, tanto em relação ao Estado, quanto no âmbito da Cooperação Internacional⁷. O discurso ecológico⁸ passou a ser o amálgama entre a necessidade de um novo modo de produção e a utilização dos recursos para isto. O que se propunha era, então, um novo modelo de desenvolvimento, não mais pautado na exploração da natureza, pura e simplesmente, mas que conseguisse combinar produção e preservação do meio ambiente. Neste momento ganharam visibilidade as organizações não-governamentais que tinham, como objetivo, trabalhar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

Como atuam as ONG's?

Não obstante a indefinição do que sejam, as organizações não-governamentais existem (algumas há três décadas) e têm uma prática de inserção social que, a nosso ver, implica uma forma de relação com o território. Muitas são as dificuldades para definir o que são; entretanto, podemos contar com duas certezas depois de sua investigação. São elas:

1 - Surgem no marco da Cooperação Internacional - isto é, estão previstas nos acordos entre os Estados Nacionais;

2 - Têm um papel estratégico no contexto de implementação do desenvolvimento sustentável.

Portanto, as organizações não-governamentais tanto podem operar no âmbito de um Estado a partir de e com os interesses estatistas, como podem operar na tessitura mais fina da sociedade¹⁰.

Estas organizações, para realizarem seus trabalhos, articulam várias escalas espaciais. Situam-se na escala local e fazem mediações em escalas nacionais e internacionais. Para a Geografia, é importante aprofundar a pesquisa e desvendar que tipo de mediações as ONG's realizam.

Inicialmente, podemos indicar que muitas entidades buscam financiamento no plano internacional e realizam seu trabalho, por exemplo, numa comunidade de pescadores. As organizações

estabelecem deste modo, uma rede de relações com outras organizações e agências financiadoras que perpassa vários níveis da configuração sócio-espacial.

A participação cidadã se dá a partir de vários caminhos possíveis. Suas origens mais profundas estão nos espaços e interstícios da sociedade civil ou do que se convencionou chamar de “terceiro setor”, ou seja, estruturas que se construíram historicamente no interior de sociedades nacionais. A grande ruptura das últimas três décadas, reside na expansão, gradual e crescente, para a esfera internacional, deste compromisso com valores e causas de interesse público, antes experimentadas acima de tudo no nível local e/ou nacional. Este movimento de ampliação do alcance da participação dos cidadãos para fora das fronteiras nacionais, é expressão do fenômeno até então inaudito de construção consensual, pela comunhão internacional de valores, princípios e normas de conduta de natureza universal que correspondem a direitos e necessidades básicas da humanidade. Temas como a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos humanos revelam um novo conteúdo na noção de solidariedade internacional, introduzindo, ainda as noções de “destino comum”, “cidadania global” e “gestão planetária”. (MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA, 2000, Disponível na Internet via [www](http://www.rits.org.br) em <http://www.rits.org.br> Capturado em 07/08/2000).

O crescimento e desenvolvimento do terceiro setor implica, portanto, sua crescente “profissionalização”, tanto no que diz respeito à inserção nos diferentes locais e grupos sociais, como na utilização e capacitação de técnicos. Cada vez mais profissionais executivos de empresas privadas têm sido chamados ou apresentam-se para o trabalho voluntário nas ONG’s. Assim, a administração das ONG’s ou mesmo de todo o terceiro setor (o que inclui fundações, associações de cidadãos, entidades religiosas) vem deixando de ser espaço de ação de senhoras caridosas ou de aposentados. A profissionalização das entidades sem fins lucrativos tem atraído a migração de executivos qualificados do setor privado.

De fato, o crescimento do terceiro setor e a profissionalização são parecidos, mas existe uma diferença crucial: O terceiro setor não trabalha sob a lógica do lucro não existe visão de curto prazo. Existe a necessidade, primordial, da eficiência dos projetos. No caso, a velocidade dos processos é a maior distinção entre o RH e o terceiro setor. Nas empresas existe um caminho definido através do diagnóstico, planejamento e execução. No terceiro setor, existem alguns degraus a mais: o aspecto político, a negociação e a arrecadação de recursos.

Este setor, inclusive, vem sendo encarado como novo mercado de trabalho para executivos. Duas competências são essenciais, segundo os especialistas, para a gestão das ONG’s e de todo o terceiro setor: conhecer a técnica de captação de recursos e o marketing da área. Na iniciativa privada é possível minimizar gastos para maximizar lucros. Já no setor estatal existem orçamentos e impostos. No terceiro setor, entretanto, as fontes de recursos ficam a cargo da arrecadação de fundos. Uma boa rede de contatos, um influente conselho administrativo e trânsito livre pelo meio empresarial são características indispensáveis. O marketing tem de ser eficiente na propagação da idéia de que a ONG vai produzir resultados e dar visibilidade às empresas que contribuem financeiramente para suas atividades.

Sendo assim, fica evidente que a localização espacial das ONG’s e os projetos a que se dedicam localmente, de modo simultâneo à sua relação com entidades internacionais de financiamento, influenciam fortemente suas atividades. Também seu modo de inserção, suas possibilidades técnicas e de marketing, assim como de arrecadação local de recursos estão intimamente ligadas ao território e à territorialidade como categorias fundamentais na elaboração de projetos com perspectivas de sucesso. A presença do Estado em maior ou menor grau, o modo de produção local, o relacionamento entre os diversos grupos, inclusive de classe, a tradição e vários outros fatores delimitados ou limitados pela territorialidade, devem ser analisados para a melhor compreensão de como as ONG’s se inserem localmente e de que modo esta inserção é transformadora.

Notas

* O autor é Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

1. Da Europa Continental vem o predomínio da expressão “Organizações Não Governamentais” (ONGs), cuja origem está na nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas. (Rubem César Fernandes, 2000 Disponível na Internet via em <http://www.rits.org.br> Capturado em 07/08/2000).

² É um conceito, uma expressão de linguagem, entre outras. Existe, portanto, no âmbito do discurso e na medida em que as pessoas reconheçam o seu sentido num texto ou numa conversação. Pode-

se dizer que o "Terceiro Setor" é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. Coube a John D. Rockefeller 3rd. cunhar a expressão 'terceiro setor' (third sector) num texto publicado em 1978. (Rockefeller 3rd apud Miguel Darcy de Oliveira, 2000, Disponível na Internet via [www em http://www.rits.org.br](http://www.rits.org.br) Capturado em 07/08/2000).

3. Esta definição é muito abrangente e é pautada na Carta das Nações Unidas que, no seu artigo 71, estabelece que o Conselho Econômico e Social pode fazer consultas às Organizações Não-Governamentais credenciadas.

4. *A suposta eficiência das ONGs é questão passível de discussões, que deveria ser julgada através de avaliações específicas (e "avaliação" vem se tornando, de fato, uma preocupação crescente no campo). Mas há um outro ponto especialmente relevante para nossas preocupações aqui: as ONGs, em virtude de suas características institucionais, tornaram-se um elemento chave para os planos de uma cidadania planetária. A dupla face (imersão local e conexão internacional), combinada à multiplicidade de iniciativas e instâncias independentes, fornece instrumento oportuno e flexível para tecer os fios comuns da cidadania na trama de um mundo heterogêneo e segmentado. Respeitados os limites estabelecidos pela linguagem dos projetos, as ONGs podem se movimentar por todo tipo de grupo e questão, mas não podem se permitir um afastamento do conjunto padrão de valores e regras veiculados pela cooperação internacional. Através das ONGs e de seus projetos, de forma solta, pluralista e dispersa, as ações locais interligam-se globalmente.*

5. *"Vantagens específicas trazem consigo problemas específicos. Nossos relatórios regionais levantam algumas dúvidas cruciais no que diz respeito às ONGs. Dependência de verbas estrangeiras pode inibir a busca de recursos locais. Engajamento numa pauta internacional pode provocar um preconceito "modernista" que aliena as ONGs das tradições autóctones. Em países mais pobres, as ONGs podem se transformar em instituições de grande importância e se afastar de seu papel como micro mediadores. O relatório da África, por exemplo, menciona situações onde as ONGs parecem mais atraentes aos financiamentos e ao pessoal qualificado do que o próprio Estado. Em todas as instâncias, é claro o desafio: como ir mais longe e mais fundo nas situações locais sem perder o significado internacional e vice-versa - como preservar a intenção universalista sem negligenciar os recursos e as experiências locais". (Rubem César Fernandes, 2000 - Disponível na Internet via [www em http://www.rits.org.br](http://www.rits.org.br) Capturado em 07/08/2000).*

6. É nesta mesma década que nas disciplinas Sociologia e Geografia, o Movimento Social Urbano passou a ser objeto de vários estudos. Ver, por exemplo, Kowarick (1983) e Ribeiro (1982).

7. Nos anos noventa, observa-se uma modificação na Cooperação Internacional. Enquanto no pós-guerra a Cooperação tinha como atores o Estado, a empresa privada e as entidades financeiras, nos anos 90 os atores são diversos setores da sociedade civil. É nesta nova acepção que tomamos o termo.

8. Aquele que propõe utilização dos recursos com preservação.

9. Desenvolvimento sustentável foi definido pela comissão Brutland como sendo o desenvolvimento social, econômico e cultural que atende às buscas do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Esse conceito foi alvo de inúmeras críticas por ser vago e ambíguo, assim podendo ser interpretado de muitas maneiras.

10. "Entre as ONG mais atuantes de hoje estão as que prestam serviços diretos a indivíduos e comunidades, que vão da saúde e educação à provisão de microcrédito, ao treinamento vocacional e aos serviços profissionais". BANCO MUNDIAL, 1997.

Referência Bibliográfica

ASSUMPÇÃO, Leilah Landim. *A Invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado para o UFRJ/MNA/PPGAS, 1993.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997; *O Estado num mundo em transformação*. Washington: Banco Mundial, 1997.

em transformação. Washington: Banco Mundial, 1997.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. "Prefácio". In: ARNT, R. A.; SCHWARTZMAN, S. *Um Artífício Orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo (1985-1990)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FERNANDES, Rubens César. *Privado porém Público; O Terceiro Setor na América Latina*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Hebe Signorini (org.). *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

IBASE/PNUD. *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs. 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

LANDIM, Leilah (1993): *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*, Textos de Pesquisa, RJ, ISER.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

MENESCAL, Andréa Koury. "História e Gênese das Organizações Não Governamentais". In: GONÇALVES, Hebe (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações Internacionais*. Brasília:UNB, 1981.

OLIVEIRA NETO, Valdemar de. "As ONGs e o Fundo Público". In: IBASE/PNUD. *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs. 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. Rio de Janeiro, IBASE/PNUD, 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Movimentos Sociais Urbanos – alguma reflexões*. In Moreira, Ruy (org.) *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHERER-WARREN, Ilse. "ONGs na América Latina: trajetória e perfil". In: VIOLA, Eduardo J. et alli. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1995.

Abstract

This study center in three dimensions of the phenomenon of the intrametropolitam mobility, to know, the dimension referent to the exclusion processes and social-spacial segregation, originating from economical, social and political differences, inside the metropolitan space, the dimension of the movement of the populations in the metropolis in relation to migration and the residential mobility (a scale questions); the dimension of the social-economic movement of the population in Fluminense metropolis, during the 80's.

Key words: Non government organization (NGO); modern states; participation; social representation.